

# KEYNES E O ROUBO DA FALA

FABRÍCIO SANTOS MOREIRA<sup>1</sup>

*Perguntas de um trabalhador que lê*

*Quem construiu a Tebas de sete portas?  
Nos livros estão nomes de reis.  
Arrastaram eles os blocos de pedras?  
E a Babilônia várias vezes destruída —  
quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas  
da Lima dourada moravam os construtores?  
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?  
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.  
Quem os ergueu? Sobre quem  
triumfaram os Césares? A decantada Bizâncio  
tinha somente palácios para seus habitantes? Mesmo na lendária Atlântida,  
os que se afogavam gritavam por seus escravos  
na noite em que o mar a tragou.*

*O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
Sozinho?  
César bateu os gauleses.  
Não levava sequer um cozinheiro?  
Filipe da Espanha chorou quando sua Armada  
nafragou. Ninguém mais chorou?  
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.  
Quem venceu além dele?*

*Cada página uma vitória.  
Quem cozinhava o banquete?  
A cada dez anos um grande homem.  
Quem pagava a conta?  
Tantas histórias.  
Tantas questões.*

— Bertolt Brecht

---

<sup>1</sup> Professor do Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Bacharel em Administração, Mestre em Ciências Sociais e Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: fabricio.moreira@ufob.edu.br

Este ensaio nasce de uma reflexão e em diálogo com o texto de Santos (2008). Nele o autor defende que há um equívoco nas leituras sobre as propostas de Keynes para a resolução dos problemas do capitalismo, argumentando que em Keynes há uma solução de curto prazo que se insere no campo da Economia Política e os esboços de uma solução de longo prazo que foi ignorada pela Economia Política e que pertence ao escopo da Administração Política.

Em linhas gerais a literatura dos defensores e dos críticos ao modelo keynesiano consideram que este modelo nasce a partir da resposta a crise econômica de 1929 e contém os seguintes elementos: a) O uso do poder do Estado para regular o Mercado, especialmente no que tange ao controle estatal dos níveis de investimento, juros, câmbio; b) O Estado deve organizar suas diversas políticas em busca do pleno emprego no mercado de trabalho, universalização do acesso via serviços públicos a saúde, educação, previdência, moradia, transporte e cultura, o que convencionou-se chamar de Estado de Bem Estar Social; c) É necessário o monopólio estatal de setores chaves da economia, ainda que os leve a operar em situações de eficiência abaixo do nível de mercado; d) Os recursos para viabilizar o proposto acima deve vir de duas fontes: uma política fiscal redistributiva e quando necessário, complementar a esta o endividamento público e/ou a emissão de moeda.

O argumento de Santos (2008) é enfaticamente contrário a visão acadêmica dominante que atribui a Keynes a proposição do modelo baseado nas categorias sintetizadas acima.

Conforme posto, o objetivo principal deste ensaio é, portanto, demonstrar que o conteúdo da política econômica construída no período 1929/33 estava para além do que verdadeiramente constituiu a proposta de Keynes — numa perspectiva de mais longo prazo, talvez fosse mais correto, em verdade, dizer que as proposições contidas na Teoria Geral constituíram mais um contraponto ao que estava se conformando como a essência da política anticíclica daquele período de crise do que uma apologia em defesa da intervenção estatal como solução para os males econômicos (Santos, 2008, p. 2).

Ao longo do ensaio Santos (2008) defende que não há em Keynes a formulação do Estado de Bem Estar Social, que a política econômica de intervenção estatal no controle dos mercados originada no *New Deal* antecede a elaboração teórica keynesiana na Teoria Geral, mesmo a difusão do modelo do *New Deal* para os outros países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial também não faz parte da proposta de Keynes.

Mas, afinal, se a fundamentação teórica, a dimensão do Estado no domínio econômico e a política econômica que se sucederam pós-crise de 1929/33 não constituem uma postulação do que se conhece como receituário keynesiano, quem teria, então, cometido o *pecado original*? Esta é uma pergunta, até certo ponto, difícil de ser respondida, mas uma boa pista, sem dúvida, é seguir os passos dos keynesianos mais entusiasmados... (Santos, 2008, p. 3)

Segundo o autor, o *pecado original* é atribuir a Keynes a dimensão intervencionista do Estado no domínio econômico. Para investigar esta questão ele estabelece um diálogo com os principais intérpretes, difusores e críticos da obra teórica keynesiana, demonstrando os equívocos destes nos diversos aspectos dos argumentos destes ao atribuírem a Keynes questões que ele não defendeu. Neste ensaio concordamos com Santos (2008) quanto aos equívocos dos principais intérpretes e difusores de Keynes, mas defendemos outra proposta explicativa para este *pecado original*.

A forma como Santos (2008) trata a questão do pecado original se situa no campo do idealismo hegeliano, estruturando o debate de forma semelhante aos neo-hegelianos que disputavam a correta interpretação, crítica e superação de Hegel. Partindo do materialismo histórico e dialético, retomamos a indagação: “*Nenhum destes filósofos se lembrou de perguntar qual seria a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a relação entre a sua crítica e o seu próprio meio material*” (Marx e Engels, 2007). Nos termos deste ensaio, partimos da problematização entre a constituição do *pecado original* e as relações sociais que produziram este pecado.

Não concebemos que um erro de leitura tão grave da proposta keynesiana possa ter se perpetuado durante tantas décadas em todo o planeta

devido a incapacidade intelectual dos pesquisadores. Este erro é um aspecto da realidade, fundado em relações sociais mais amplas.

“É preciso chamar atenção particularmente para o fato de essa incapacidade de penetrar no substrato material real da ciência não ser imputável a indivíduos. Ela é, antes, algo que se torna cada vez mais evidente na medida em que a ciência evolui e trabalha com maior coerência a partir de suas próprias premissas” (Lukacs, 2003, p. 234).

Em nosso entendimento o equívoco teórico na leitura da proposta keynesiana é apenas um aspecto de uma problemática maior, relativo aos limites estruturais da ciência burguesa. Qualificar a ciência como burguesa certamente soa estranho no ambiente acadêmico, desta forma é necessário precisar o uso do termo. Em Keynes, seus defensores, intérpretes e a maior parte de seus críticos, há uma escolha de valor que é apresentada com diferentes graus de invisibilidade: é a premissa compartilhada da explicação e solução dos problemas através da perpetuação do capitalismo. As acirradas divergências, debates e críticas tendem a invisibilizar esta unidade fundamental.

Reconhecer o caráter burguês da ciência que sustenta os debates entre Keynes, intérpretes e críticos é um primeiro passo, porém apenas isso não explica a questão. É preciso investigar por quais motivos a ciência burguesa atribuiu a Keynes a formulação da intervenção do Estado na Economia e a subsequente polaridade Estado x Mercado que tem dominado os debates acadêmicos e políticos deste então.

A hipótese defendida neste ensaio é que o *New Deal* e o Estado de Bem Estar Social nos países do centro da acumulação capitalista tiveram nas suas origens em três elementos que são invisibilizados pela ciência burguesa: a) as contradições inerentes a lei de acumulação do capital; b) o caráter do Estado; c) a iniciativa de luta da classe trabalhadora, sendo este último o elemento decisivo.

Dada a impossibilidade inerente a ciência burguesa em captar estes aspectos da realidade como eixos explicativos da reconfiguração do padrão de relação entre Estado e Mercado, mas ao mesmo tempo sendo imperioso justificar ideologicamente as mudanças em curso, se atribuiu a inovação teórica na ciência econômica como sendo a responsável pela mudança na realidade.

Em outros termos, a leitura da ciência burguesa sobre a reconfiguração da relação Estado e Mercado é tributária do idealismo hegeliano: é o desenvolvimento do espírito que explica a realidade. No campo da ciência econômica burguesa, é o desenvolvimento dos debates teóricos entre keynesianos, interpretes e críticos que explicariam a história.

Para dar suporte a nossa hipótese é preciso indicar — ainda que preliminarmente considerando os limites de escopo deste ensaio — como as contradições da lei de acumulação, o caráter do Estado e a iniciativa da luta dos trabalhadores provocaram as mudanças na relação entre Estado e Mercado.

A ciência burguesa tem um conjunto de pressupostos em relação a crise de 1929 e o *New Deal*: A crise seria exógena, não fazendo parte do funcionamento regular dos mercados até então livres e auto regulados, operando sob os princípios do Estado Mínimo e liberalismo clássico. Neste acordo epistemológico da ciência burguesa sobre a crise de 1929 e o *New Deal* a luta da classe trabalhadora não é fator relevante na explicação dos processos históricos.

Discordamos destes pressupostos do debate. Partimos do pressuposto de que as crises são endógenas e inerentes ao modo de funcionamento do capitalismo (Luxemburg & Eckstein, 1985). O valor trabalho, a mais-valia, a lei da queda da taxa tendencial do lucro, a superprodução versus subconsumo, a busca permanente pela valorização do valor gerando a lei da acumulação, em suma, as contradições inerentes aos limites da acumulação são os geradores das crises, assim como explicam a resposta capitalista via destruição da riqueza, exploração de novos territórios, mercantilização de novos aspectos da vida, criação de novos mercados, intensificação da exploração, falência generalizada, aumento da concentração do capital, etc.

Não é o objetivo deste ensaio uma revisão de literatura sobre a teoria marxista das crises, há uma extensa literatura no campo marxista que debate estas questões. O que desejamos ressaltar é que keynesianos, liberais e neoliberais compartilham do pressuposto do caráter exógeno da crise, ignoram as crises que antecederam 1929, tratando a crise de 1929 e posteriormente a crise de 1970 como exceções sistêmicas e não como regras sistêmicas.

Este é um dos limites da ciência burguesa de Keynes, intérpretes e críticos, pois ao tomarem como pressuposto a naturalização e inevitabilidade

histórica do capitalismo, obrigatoriamente entendem as crises como exógenas ao funcionamento do sistema. Mesmo os defensores da regulação dos mercados não o fazem devido a uma crítica estrutural, mas sob o argumento de que esta intervenção é necessária para que eles possam funcionar ainda melhor, no limite as correntes mais críticas reconhecem que a crise pode ser atribuída ao mal funcionamento de certos aspectos dos mercados, mas jamais a lógica inerente ao capitalismo.

Keynes, interpretes e críticos também concordam que o marco histórico que originou o intervencionismo do Estado no Mercado foram as políticas referentes ao *New Deal*. Há um consenso implícito que anteriormente a este processo a intervenção estatal não era relevante para o funcionamento dos mercados, bastando ao poder público garantir as condições do seu livre funcionamento.

Este consenso implícito contém ainda um segundo elemento: o Estado Moderno é um contrato social entre todos os indivíduos que compõem a Sociedade, sendo sua existência necessária para a possibilidade de civilização e que suas regras ainda que imperfeitas, passíveis de críticas e mudanças, são criadas visando o bem estar da população.

Este Estado mínimo, contratualista e civilizador não encontra suporte ao estudarmos a história. No aspecto especificamente econômico, o Estado intervêm na economia de múltiplas formas desde a origem do capitalismo, sendo inclusive condição necessária para a existência dos mercados.

A acumulação primitiva, a expansão colonial, a revolução industrial, a garantia da propriedade privada, a regulamentação da moeda, câmbio e crédito, a criação de empresas públicas ou financiamento público para operar em setores centrais para a acumulação capitalista (como a criação de infra-estrutura), a regulamentação do salário e jornada de trabalho, o endividamento público, a proteção estatal aos monopólios, o subsídio estatal a ramos da economia considerados estratégicos ainda que deficitários, as guerras imperialistas visando viabilizar novos espaços de acumulação para suas respectivas burguesias nacionais, são apenas algumas das dimensões que demonstram que os mercados historicamente, desde a sua origem, necessitam da interferência estatal para operar.

Deste modo não apenas as crises são endógenas, mas o Estado intervir nos mercados não são uma novidade histórica no capitalismo, não

há um passado mítico de Estado Mínimo que após o *New Deal* e Keynes se tornou um Estado Interventor. Isto não significa que o *New Deal* não trouxe elementos novos para esta relação, mas sim que estes elementos precisam ser compreendidos em um processo histórico onde estas múltiplas intervenções já ocorriam.

Considerando que as crises econômicas são endógenas e com diferentes graus de intensidade ocorrerem desde o início do capitalismo, considerando que historicamente o Estado capitalista pauta sua ação em momentos de prosperidade e de crise para buscar alternativas para a continuidade da acumulação do capital, considerando que ainda assim durante os mais de 200 anos desde Adam Smith e a Riqueza das Nações a ciência burguesa sistematicamente operou em nível teórico com os pressupostos do Estado Mínimo e da crise exógena, qual o fato histórico novo que obrigou o Estado a alterar seu padrão de intervenção nos mercados e que é lida pela ciência burguesa como um conflito entre Keynes, intérpretes e críticos?

Retornando a hipótese deste ensaio, entendemos que a resposta se encontra nas características da luta da classe trabalhadora nos EUA nas décadas que antecederam o *New Deal*, assim como na luta da classe trabalhadora na Europa no período que antecedeu o Estado de Bem Estar Social. Não que seja uma novidade histórica a iniciativa de luta da classe trabalhadora, mas defendemos que a especificidade e intensidade desta luta são centrais para compreendermos o *New Deal*, o Estado de Bem Estar Social e as mudanças na relação Estado e Mercado decorrentes destes.

Segundo Tronti (1976), a luta dos trabalhadores e a resposta capitalista nos EUA no período que compreende aproximadamente de 1890 a 1950 são decisivas para a compreensão da mudança nas relações Estado e Mercado.

Neste momento, começa a não longa história da iniciativa capitalista, já não como mero progressismo político que visa à conservação social — algo tão antigo como a própria sociedade humana — mas como uma nova forma de relação entre gestão política das relações sociais e propriedade privada dos meios de produção, novo ponto de ligação e de oposição entre os interesses gerais e o lucro dos capitalistas individuais, entre o governo da res pública e a produção para o capital (Tronti, 1976, p. 133).

Tronti (1976) desenvolve uma detalhada análise dos avanços e re-cuos da iniciativa de luta da classe trabalhadora nos EUA entre 1890 e 1950, demonstrando as progressivas reformulações no plano macrosocial decorrentes destas lutas que culminaram no *New Deal* e posteriormente no plano Marshall. Não é possível reconstituir neste ensaio todo o percurso do autor, mas algumas citações apesar de longas são essenciais ao nosso argumento. Referindo-se aos EUA, ele nos informa:

Em 1914 e 1915 o número de greves foi de 1204 e 1593, em 1916 o número salta para 3789 e em 1917 para 4450, com 1.600.000 e 1230.000 trabalhadores em greve respectivamente. (Tronti, 1976, p. 148).

Na segunda metade daquele ano (*referindo-se a 1933*), o número de greves foi igual ao total do ano anterior e o número de trabalhadores grevistas foi três vezes e meia superior ao de 1932. Em 1934 houve 1856 greves com 1.500.000 trabalhadores mais de 7% de todos os empregados. Apesar de o número de conflitos não ser alto, eles envolveram as grandes indústrias e as principais categorias: os trabalhadores da siderurgia e da indústria automotora, os estivadores da costa do Pacífico, os trabalhadores em madeira do Noroeste e na linha de frente, com a voz mais alta, quase 500.000 operários têxteis com exigências de semana de trabalho de 30 horas, salário mínimo de 13 dólares, a solução do problema da intensificação do ritmo de trabalho e o reconhecimento da United Textile Workers. (Tronti, 1976, p. 152, grifo nosso).

À parte do fabuloso ano de 1937, temos de ir a 1941 para encontrar outra vez 4.288 greves num ano, envolvendo 2.360.000 trabalhadores, 8,4% da força de trabalho empregada, exatamente como em 1916, porcentagem só atingida em 1945, se excluirmos o fabuloso ano de 1919. Nos anos de 1943, 1944 e 1945 há um crescimento impressionante: o número de greves passa de 3752 para 4956 e 4750; os trabalhadores em greve, de 1.980.000 para 2.120.000 e 3.470.000... Em 1946 houve 4985 greves, envolvendo 4.600.000 trabalhadores ou 16,5% de toda a força de trabalho empregada. Em

1919 houve 3.630 greves, com 4.160.000 grevistas, ou 20,2% de todos os trabalhadores empregados. (Tronti, 1976, p. 148).

O autor não só apresenta em diversos momentos relevantes estatísticas de greves, mas também o conteúdo de suas reivindicações, vitórias, derrotas, formas de organização sindical e partidária dos trabalhadores, reação dos empresários, dos governantes, legislações reformadas, anuladas e criadas, assim como uma série de mudanças na política econômica dos EUA que foram introduzidas em função destas lutas. A relação destas lutas com o *New Deal* e a mudança do padrão de intervenção do Estado nos mercados é analisada explicitamente:

O que se deve examinar criticamente, porém, é a relação entre as lutas de classes nos EUA e o neonacionalismo econômico de cunho progressista, bem como a relação entre o isolacionismo histórico das lutas dos operários norte-americanos e a autossuficiência nacional keynesiana, aplicada ao primeiro *New Deal*. De modo geral, devemos compreender que, nesse caso a forma revolucionária da iniciativa capitalista tem um conteúdo de classe operária e que essa forma existe em virtude deste conteúdo. Além disso, através de suas lutas, os trabalhadores conseguiram jogar o capital contra os capitalistas, e o Estado, formalmente de todos, contra o interesse real de uns poucos. Por conseguinte, a conquista pelos trabalhadores de seu próprio terreno organizacional se faz a custa do adversário de classe. Todos esses problemas devem ser tratados numa investigação que parte da história, passa pela teoria e chega a política. De fato, uma política nacional do trabalho chega bastante tarde ao interior do *New Deal*... mas foram necessárias as grandes lutas de 1933 e 1934, foi preciso Minneapolis, San Francisco, Toledo e a *company town* de Kohler, Geórgia e o conflito armado em Rhode Island para estimular a primeira lei trabalhista do capital, em que os operários já não se apresentavam na posição jurídica de classe subalterna... Os *New Dealers* estavam convencidos de que a Depressão era resultado não simplesmente de um colapso econômico, mas de um colapso político, por isso, buscaram novos instrumentos políticos (Tronti, 1976, p. 157).

Keynes acompanhou este processo, morou nos EUA de 1931 a 1934, publicou artigos analisando e parabenizando o *New Deal*, buscou através de canais políticos levar suas ideias para a presidência, mas diferente da ciência burguesa que atribui a Keynes a paternidade teórica do *New Deal*, subscrevemos o seguinte argumento:

Não há dúvida de que, através de um canal ou de outro, Keynes chegou aos Estados Unidos. O que se deve mostrar, em lugar disso, é que a situação política da economia norte-americana e a luta de classes nos EUA influenciaram a formação do núcleo central do pensamento de Keynes muito mais do que admitem explicitamente aqueles que veem nessa perspectiva um perigo científico (Tronti, 1976, p. 161).

Dado que a crise econômica e a intervenção do Estado nos mercados não são novidades históricas, o que caracterizou o *New Deal* como um processo histórico que obrigou a ciência burguesa a incorporar estas mudanças na forma do debate keynesiano foi a novidade histórica da luta da classe trabalhadora nos EUA ter alcançado uma intensidade e qualidade que obrigou a burguesia a solucionar a crise pelo aspecto do fortalecimento da demanda, redução da jornada de trabalho, aumento de salário e o esboço de uma série de serviços públicos de acesso universal que posteriormente ficaram conhecidos como Estado de Bem Estar Social.

A difusão desta experiência nos países centrais após a Segunda Guerra Mundial é creditada pela literatura burguesa a atuação de Keynes nas negociações. Assim como a ciência burguesa busca invisibilizar a luta de classe nos EUA e sua relação com o *New Deal*, também silencia a iniciativa da luta de classe dos trabalhadores na Europa como eixo explicativo da história. O medo da difusão da experiência da revolução russa, a propaganda permanente da URSS sobre a qualidade de vida da sua população, as expressivas manifestações de solidariedade dos soldados e trabalhadores europeus a URSS durante e imediatamente após a guerra, a Guerra Fria e a necessidade de obter legitimidade junto aos seus trabalhadores foi mais importante que Keynes para a difusão deste novo arranjo social na Europa.

Todavia é objetivamente impossível para a ciência burguesa considerar a luta dos trabalhadores como fundamento explicativo das mudanças referentes ao intervencionismo estatal nos mercados pós crise de 1929.

Ressalto que este limite não é decorrente da incapacidade intelectual dos indivíduos, mas sim das condições estruturais de produção do conhecimento legitimado pela ciência burguesa que não pode admitir a explicação da realidade a partir do protagonismo da luta política organizada da classe trabalhadora.

Porque aceitar, mesmo teoricamente, essa solução equivaleria a *não mais considerar* os fenômenos da sociedade *do ponto de vista da burguesia*. E disso nenhuma classe é capaz, ou melhor, seria preciso que renunciasse voluntariamente a sua dominação. Portanto, a barreira que faz da consciência de classe da burguesia uma “falsa” consciência é objetiva; é a sua própria situação de classe. É a consequência objetiva da estrutura econômica da sociedade, e não algo arbitrário, subjetivo ou psicológico. Pois a consciência de classe da burguesia, embora possa refletir com clareza sobre todos os problemas da organização dessa dominação, da revolução capitalista e de sua penetração no conjunto da produção, deve necessariamente se obscurecer no momento em que surgem problemas, cuja solução remete para além do capitalismo, mesmo no interior da experiência burguesa (Lukacs, 2003, pp. 146-7, grifo do autor).

A questão discutida neste ensaio transcende o limite estrutural da ciência burguesa em apreender o real, uma vez que mesmo a explicação burguesa constitui parte do real. A polaridade verdadeiro e falso é insuficiente para explicar a paternidade que a ciência burguesa atribui ao keynesianismo na formulação do intervencionismo estatal.

Aqui também, no entanto, o método dialético não permite que nos detenhamos numa simples constatação da “falsidade” da consciência, numa oposição fixa do verdadeiro e do falso. Ele exige, antes, que essa “falsa consciência” seja estudada concretamente como aspecto da totalidade histórica à qual pertence, como etapa do processo histórico em que age (Lukacs, 2003, pp. 139-40).

A falsa consciência (Lukacs, 2003) ou o pecado original (Santos, 2008) devem ser compreendidas como um aspecto da totalidade histórica. Em nosso entendimento a magnitude da mudança provocada pela luta

dos trabalhadores na relação Estado e Mercado no interior do capitalismo precisava de uma justificação coerente com a nova correlação de forças entre as classes em conflito, o pecado original só foi possível através da construção social da inexistência da luta dos trabalhadores na explicação da história e simultaneamente a elaboração de uma visão de mundo que explique a história a partir dos valores da classe dominante, é neste sentido que utilizamos o termo o roubo da fala (Paranhos, 2008). A seguir apresentamos brevemente o contexto do qual emerge o conceito de roubo da fala e sua utilidade para sustentar o argumento defendido por este ensaio.

Viana (1978) demonstra que foram as lutas dos trabalhadores urbanos brasileiros nas primeiras décadas do século XX que obrigaram patronato e Estado a criarem a CLT, inclusive parte expressiva dos elementos que foram consolidados na forma de lei já eram conquistas reais e em vigor para segmentos mais aguerridos e estratégicos da matriz econômica em ascensão. Cada nova conquista de um setor servia de incentivo, aprendido e referência legal para que progressivamente outros segmentos da classe obtivessem suas conquistas em um processo crescente de universalização de direitos que continuou ascendente mesmo nos anos de crise econômica no Brasil.

Ainda segundo Viana (1978) o intervencionismo estatal varguista na esfera das relações de trabalho foi motivado para conter as conquistas da classe trabalhadora, pois a antecipação e generalização da CLT por parte do Estado o colocou como promotor do “diálogo” entre as classes em conflito, operando assim como legitimação do Estado como mediador e personalizado em Vargas a figura mítica do criador da CLT.

Paranhos (2008) demonstra que esta transformação significativa na correlação de forças entre as classes em conflito obrigou a classe dominante a uma elaboração ideológica que justificasse esta mudança, assim, a fala dos trabalhadores em relação a CLT foi reelaborada, reapropriada e apresentada como uma iniciativa de Vargas e dos setores mais avançados da classe dominante. O roubo da fala dos trabalhadores na explicação da mudança social em curso foi operação essencial para conter essa mesma mudança nos marcos do próprio capitalismo.

É neste sentido que propomos o entendimento do pecado original (Santos, 2008) enquanto atribuição global nos meios políticos e acadêmicos a paternidade keynesiana sobre o intervencionismo estatal. O limite estrutural da ciência burguesa em apreender dimensões fundamentais do

real (Lukacs, 2003) não significa um vácuo explicativo, mas sim a formulação de uma visão de mundo sobre esta impossibilidade coerente com os marcos gerais da classe dominante. Neste caso as lutas dos trabalhadores que redefiniram aspectos significativos da relação Estado e Mercado (Tronti, 1976) foram invisibilizadas, reapropriadas e apresentadas como um produto da classe dominante (Paranhos, 2008), portanto defendemos a tese de que a fala dominante dos keynesianos, intérpretes e críticos se constituem em um roubo da fala dos trabalhadores.

### Referências

- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURG, R. & ECKSTEIN, G. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 2. ed. São Paulo, SP : Abril Cultural, 1985
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução Paulo César Castanheira et al. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PARANHOS, A. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, R. S. Keynes e a proposta de Administração Política do capitalismo. *Revista Brasileira de Administração Política*, Salvador, n.º 1, volume 1, pp. 103-58.
- TRONTI, M. *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1976. ix, 179 p.
- VIANA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

